

**PROCESSO SELETIVO PARA ATUAÇÃO
NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
E NA PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

45º EXAME DE SELEÇÃO - ESTÁGIO JURÍDICO

01. A prova terá duração de 2h (duas horas) considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta e o preenchimento da folha de resposta definitiva.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 20 (vinte) questões da prova objetiva, de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A, B, C, D) e a prova discursiva, distribuídas da seguinte forma:

TIPO DE PROVA	CONTEÚDO	QUESTÕES
OBJETIVA	DIREITO ADMINISTRATIVO	01 A 05
	DIREITO CIVIL	06 A 10
	DIREITO CONSTITUCIONAL	11 A 15
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	16 A 20
DISCURSIVA	DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO CIVIL, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Deixe que cada um faça o melhor que pode.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta e da folha de resposta definitiva por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Coordenadoria de Concursos, Admissão e Acumulação, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12. 546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e da folha de resposta definitiva e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
15. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após realização da prova, estando disponível também, no site <https://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos/home>.

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. João, servidor público do Município ABC, no exercício de sua função, agrediu física e verbalmente Roberto, a quem prestava atendimento no Hospital Municipal, com diversas testemunhas. Constrangido, Roberto propõe ação indenizatória por responsabilidade civil em face de João e do Município ABC, pleiteando a condenação solidária de ambos em danos morais e materiais. Baseado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Roberto prosseguirá no polo passivo da demanda e responderá de forma objetiva, tendo em vista a Teoria do Risco Administrativo
- (B) a ação será extinta, tendo em vista que Roberto apenas poderia propor a ação em face de um dos Réus, sob pena de enriquecimento sem causa
- (C) a ação só poderia ser proposta em face do Município ABC, em virtude da Teoria da Dupla Garantia, assegurado direito de regresso no caso de dolo ou culpa
- (D) a ação só poderá prosseguir em face de Roberto e do Município ABC se João aditar a inicial para prever que a responsabilidade do servidor público é subsidiária

02. Analise os três cenários abaixo e identifique, entre as alternativas apresentadas, a que corresponde corretamente às respectivas formas de intervenção do Estado na propriedade:

- **Cenário 1:** Durante a pandemia de COVID-19, o Município de ABC necessitava com urgência de respiradores para seus hospitais, diante do risco iminente de colapso da rede municipal de saúde, não sendo viável aguardar a realização de processo licitatório.

- **Cenário 2:** O Município costeiro de XYZ, em função do crescimento urbano, impõe limite máximo de altura para construções localizadas na orla.

- **Cenário 3:** Com o objetivo de ampliar a faixa exclusiva de ônibus em determinada região, o Município de XPTO precisa incorporar ao seu patrimônio um imóvel particular situado no local.

Com base nas situações apresentadas, escolha a opção que relaciona corretamente cada hipótese à modalidade correspondente de intervenção estatal.

- (A) no cenário 1, há que se adotar a requisição administrativa; no cenário 2, será adotada a limitação administrativa; no cenário 3 será feita a desapropriação dos imóveis
- (B) no cenário 1 haverá uma limitação administrativa; no cenário 2 haverá um tombamento administrativo dos imóveis da orla; no cenário 3 haverá a licitação dos imóveis necessários
- (C) no cenário 1 haverá a desapropriação; no cenário 02 haverá o registro dos imóveis; no cenário 3 haverá a ocupação temporária
- (D) no cenário 1 haverá o tombamento; no cenário 2 haverá a limitação administrativa; no cenário 3 haverá a servidão administrativa de passagem

03. Assinale a alternativa que corresponde à modalidade de licitação que foi introduzida no ordenamento pátrio pela Lei nº 14.133/2021 de maneira inédita:

- (A) Leilão
- (B) Concorrência
- (C) Pregão Eletrônico
- (D) Diálogo Competitivo

04. Com base na Constituição da República, assinale o prazo que corresponde ao período necessário a um servidor público, aprovado em concurso público, adquirir a sua estabilidade:

- (A) 2 anos
- (B) 3 anos
- (C) 5 anos
- (D) 10 anos

05. São os princípios da Administração Pública consagrados no artigo 37, *caput* da Constituição Federal:

- (A) princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- (B) princípios da supremacia do interesse público, legalidade, pessoalidade, publicidade e eficiência
- (C) princípios da legalidade, continuidade do serviço público, moralidade, transparência e eficiência
- (D) princípios da supremacia do interesse público, segurança jurídica, moralidade, publicidade e eficiência

DIREITO CIVIL

06. Sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) o desconhecimento acerca da lei é motivo legítimo para seu descumprimento
- (B) ao aplicar uma lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum
- (C) entrando em vigor a lei, não precisará respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada
- (D) a LINDB veda que, em casos de omissão da lei, o julgador decida o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito

07. O Código Civil tem o Título "Das pessoas naturais", dentro do qual se insere o Capítulo "Da personalidade e da capacidade". Levando em consideração os artigos contidos neste Capítulo, em sua redação vigente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) o Código Civil desconhece a figura da morte presumida
- (B) nem toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil
- (C) o nascimento com vida é o marco inicial da personalidade civil
- (D) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos

08. Uma das inovações do Código Civil de 2002, com relação ao Código Civil de 1916, foi dedicar um Capítulo aos direitos da personalidade. Levando em consideração os artigos contidos neste Capítulo, em sua redação vigente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) nos termos do art. 11 do Código Civil vigente, o exercício dos direitos da personalidade não pode sofrer limitação voluntária
- (B) a ameaça e a lesão a direito da personalidade jamais ensejam reclamação por perdas e danos, conforme o art. 12 do Código Civil
- (C) o nome alheio pode ser usado em propaganda comercial ainda que não haja autorização, pois o art. 18 do Código Civil assim prevê
- (D) o art. 15 do Código Civil autoriza que as pessoas sejam constrangidas a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica

09. Em um contrato de compra e venda, as obrigações do vendedor e do comprador são classificadas como:

- (A) condicionais
- (B) sinalagmáticas
- (C) principais e acessórias
- (D) de meio e de resultado

10. De acordo com o Código Civil brasileiro, a regra vigente para a pessoa que morre sem herdeiros, sem testamento e com bens a partilhar é:

- (A) os bens serão atribuídos à União
- (B) os bens serão considerados *res derelicta*
- (C) os bens serão atribuídos ao Estado onde se localizarem
- (D) os bens serão atribuídos ao Município onde se localizarem

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A respeito das competências outorgadas pelo constituinte à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, indique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte
- (B) em razão das competências titularizadas pela União, os Municípios não podem editar normas sobre uso e ocupação do solo urbano
- (C) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural constitui atribuição comum entre os entes federativos
- (D) reputa-se inconstitucional lei estadual que estabelece a obrigatoriedade da prestação do serviço de segurança em estacionamento a toda pessoa natural ou jurídica que disponibilize local para estacionamento

12. Sobre o poder de veto do Poder Executivo, é possível afirmar que:

- (A) o poder de veto adstringe-se a leis ordinárias, não albergando leis complementares
- (B) a Constituição de 1988 não autoriza o referido poder ao Chefe do Poder Executivo, por ferir a separação de poderes
- (C) o poder de veto deve ser exercido de forma expressa, ao passo que a **sanção** a projeto de lei pode ocorrer tacitamente
- (D) em âmbito federal, permite-se a oposição de veto pelo Chefe do Poder Executivo a projetos de emendas constitucionais

13. Servidor público municipal pretende exercer determinado direito previsto na Constituição, cuja fruição encontra-se obstaculizada pela ausência de lei regulamentadora. Diante desse cenário, o instrumento jurídico adequado seria:

- (A) reclamação constitucional, ante a omissão do Poder Legislativo
- (B) habeas data, já que se faz necessário o acesso prévio a informações concernentes à Administração Pública
- (C) ação direta de inconstitucionalidade por omissão, haja vista a legitimidade ativa assegurada a qualquer cidadão
- (D) mandado de injunção, por se tratar de omissão legislativa que impede o exercício de direito previsto na Constituição

14. A organização político-administrativa do Brasil compreende os Municípios, a União, os Estados e o Distrito Federal, todos autônomos. Essa disposição é corolário:

- (A) da federação
- (B) da soberania
- (C) do pluralismo
- (D) da cidadania

15. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os seguintes direitos, **EXCETO**:

- (A) saúde
- (B) trabalho
- (C) previdência social
- (D) assistência social

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Sobre a tutela provisória, assinale a alternativa **CORRETA**:
- (A) a tutela provisória de urgência pode ser concedida apenas em caráter incidental
 - (B) não conserva sua eficácia durante toda a pendência do processo
 - (C) pode fundamentar-se em urgência ou evidência
 - (D) pode ser modificada, mas não revogada
17. No procedimento comum, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo:
- (A) simples para contestar
 - (B) em quádruplo para contestar
 - (C) em dobro, apenas para recorrer
 - (D) em dobro para todas as suas manifestações processuais
18. Sobre os recursos do processo civil, é **CORRETO** afirmar:
- (A) a apelação, como regra, é dotada de efeito suspensivo *ex legis*
 - (B) se já oferecidas contrarrazões, a desistência do recurso depende da anuência da outra parte
 - (C) o prazo para interposição de recursos é de 15 dias úteis, excetuado o agravo de instrumento
 - (D) os embargos de declaração são espécie de recurso em que se atribui a órgão de instância superior amplo poder revisional
19. Extingue-se o processo sem resolução de mérito se o juiz reconhecer a:
- (A) prescrição da pretensão deduzida em juízo
 - (B) decadência do direito pleiteado
 - (C) existência da coisa julgada
 - (D) improcedência da ação
20. É espécie de heterocomposição:
- (A) negociação direta entre as partes
 - (B) mediação
 - (C) conciliação
 - (D) arbitragem

PROVA DISCURSIVA

Elaborar uma redação, optando por apenas um dos temas indicados abaixo, desenvolvendo um texto dissertativo, de no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas.

Na folha de resposta definitiva, o número do tema de escolha deverá ser escrito por extenso no espaço superior a linha 1.

Tema 1. O art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios que fundamentam a atuação da Administração Pública direta e indireta. Em diversas situações, a inobservância de tais princípios pode gerar a nulidade de atos administrativos, responsabilidade dos agentes e o dever de reparação ao erário.

Com base no exposto, explique o conteúdo e a importância dos princípios constitucionais expressos no art. 37 da CF/88 e analise como sua violação pode impactar a validade do ato administrativo e a responsabilidade da Administração Pública, citando exemplo(s) prático(s).

Tema 2. Diferencie benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias.

Tema 3. Uma lei municipal impôs à plataformas digitais de transporte, para atuação no âmbito territorial do Município em questão, a adoção de um limite diário de horas em que o motorista pode permanecer conectado ao aplicativo. A iniciativa legislativa fundamentou-se no interesse local de segurança viária e saúde pública, sob a justificativa de que a fadiga do motorista aumenta o risco de acidentes. Discorra sobre a constitucionalidade da lei em referência.

Tema 4. Disserte sobre competência no processo civil: conceito, diferenças entre competência absoluta e relativa, modificação da competência e diferenças entre conexão e continência.

[illegible]